

ANÁLISE DO “PROGRAMA CAPACITAÇÃO RURAL” – SEBRAE/SP E CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES*

“Programa Capacitação Rural”-SEBRAE/SP analysis and characterization of the participants

Ricardo Firetti¹, Raul Franzolin Neto², Marcelo Machado de Luca de Oliveira Ribeiro³

RESUMO

No meio rural, as atividades de difusão de tecnologias têm a finalidade de prover os produtores com conhecimentos que possam adaptar, transformar ou maximizar os fatores de produção encontrados nas propriedades rurais com a finalidade de melhorar as condições de vida dessas pessoas. Nesse sentido, o SEBRAE/SP oferece um programa, destinado à capacitação gerencial de produtores rurais, que possui metodologia diferenciada, contribuindo para a profissionalização na gestão das propriedades rurais. Assim, o objetivo deste trabalho foi desenvolver uma pesquisa exploratória sobre o Programa Capacitação Rural – SEBRAE/SP que permitisse compreender o desenvolvimento das ações de capacitação e caracterizar seus participantes. Foram realizadas consultas a documentos do SEBRAE e levantamentos em 24 módulos do programa, nos quais aplicaram-se 457 questionários, visando identificar o perfil dos participantes, sendo os dados tabulados e submetidos à análise de correspondência. Os resultados indicaram que o programa lida diretamente com a mudança de comportamentos e atitudes em busca da valorização do produtor rural e do maior profissionalismo. Dos participantes em geral, apenas 56,32% possuíam a produção rural como ocupação principal e 30,45% tinham nível superior, destoando do perfil do público alvo esperado. Em sua maioria, eram homens (71,09%), com 31 a 45 anos (34,90%). As pessoas de menor escolaridade correspondiam àquelas que tinham a produção rural como ocupação principal e, dentre os produtores rurais, aqueles que se consideravam pequenos produtores, configurando um quadro em que o segmento alvo do programa estaria com maiores dificuldades de compreender o conteúdo abordado pelos facilitadores.

Palavras-chave: produtor rural, capacitação gerencial, profissionalização.

ABSTRACT

In the agricultural, the activities of technologies diffusion have the purpose to provide the farmers with knowledge that can adapt, transform or maximize the found factors of production, generally, with the purpose to improve the conditions of life of these people. In this direction, the SEBRAE/SP offers a program destined to the management qualification of agricultural farmers that have a differentiated methodology, what contribution to the rural sector, and the professional behavior. Thus, the objective of this work was to develop a explore research on the “Programa Capacitação Rural”-SEBRAE/SP that allowed to understand the development actions and to characterize its participants and farmers. Were did consults to documents of the SEBRAE/SP, and attendance in 24 actions of diffusion, applying 457 questionnaires to identify the participants. The information were tabulated, and submitted to correspondence analysis. The results indicated that the program deal directly with the change of behaviors and attitudes of the agricultural farmers. Between the participants, only 56.32% were the agricultural work in you principal occupation, and the 30.45% presented the college. Farmers, in its majority, were men (71.09%), with 31-45age. The people with less than school correspond to participants whit agricultural works in your occupation, and between agricultural farmers, those small farmers. The principal participants will be with more difficulty in knowledge the contents programmatic.

Key words: agricultural farmers, management qualification, correspondence analysis.

1 INTRODUÇÃO

As atividades destinadas à capacitação de recursos humanos surgiram da necessidade das empresas de aprimorar procedimentos, desenvolver novas habilidades em seus funcionários e preparar as pessoas para novos cargos e funções.

No meio rural, as mesmas atividades têm a finalidade de prover os produtores com conhecimentos que possam adaptar, transformar ou maximizar os fatores de produção encontrados nas propriedades rurais, geralmente, com a finalidade de melhorar as condições de vida dessas pessoas.

*O trabalho integra a dissertação de mestrado do primeiro autor.

¹Zootecnista, Mestre em Zootecnia – Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos/USP – Pesquisador científico na área de Economia do Pólo Regional da Alta Sorocabana, vinculada à APTA e à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Pólo Regional da Alta Sorocabana – Rod Raposo Tavares, km 561 – Caixa Postal 298 – 19015-97 – Presidente Prudente, SP – rfiretti@aptaregional.sp.gov.br

²Doutor em Zootecnia da Universidade Estadual Paulista/UNESP, Pós-Doutorado na Universidade do Estado de Ohio/EUA, Professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo na Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos – FZEA/USP – Departamento de Zootecnia – Rua Duque de Caxias-Norte 225 – Caixa Postal 23 – 13635-900 – Pirassununga, SP – rfranzol@usp.br

³Mestre e Doutor em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/São Paulo – FZEA/USP – Departamento de Zootecnia – Rua Duque de Caxias-Norte 225 – Caixa Postal 23 – 13635-900 – Pirassununga, SP – mrrib@usp.br

Recebido em 02/06/06 e aprovado em 12/09/06

Os programas e projetos de capacitação destinados ao ambiente rural, na sua maioria, são reconhecidos pela simples transferência de tecnologia e de conhecimentos sobre determinada técnica de produção. Poucos são os exemplos que ensinam os produtores a administrarem de forma eficiente suas atividades de produção, como nos moldes daqueles aplicados às empresas urbanas.

Desenvolver atividades de difusão de conhecimentos (ou tecnologias) não é tarefa das mais fáceis, devido aos diversos fatores que compõem esta prática. São necessárias pessoas preparadas para desenvolver a função de repasse da informação, metodologia e infra-estrutura adequada, e, principalmente, o correto planejamento da ação de difusão, etapa mais importante do processo e, por vezes, a que menos recebe atenção. Todo este esforço deve ser despendido para assegurar que o processo de comunicação entre as pessoas, durante a atividade de difusão, não seja prejudicado.

Com a transformação ocorrida na produção agropecuária brasileira, hoje conhecida como **agronegócio**, responsável direto pelo sucesso em diversos indicadores econômicos do país, os empresários rurais passaram a necessitar de auxílio para aprimorar a condução de seus negócios. Afinal, em função da política econômica delineada nos últimos anos, a correta gestão dos negócios, seja qual for sua natureza, passou a ter grande relevância.

Atento a esta necessidade, o SEBRAE passou, em 1991, a atuar no agronegócio brasileiro com o intuito de auxiliar micro e pequenos empresários do setor rural naquilo que é a sua especialidade: fornecer subsídios gerenciais e mercadológicos de forma similar a sua atuação no meio urbano.

O SEBRAE/SP, desde 1997, oferece, dentro de sua rede de treinamentos, um programa destinado à capacitação gerencial de produtores rurais. O Programa Capacitação Rural tem uma metodologia diferenciada de difusão de conhecimentos e pretende trazer, como contribuição ao setor rural, a profissionalização na gestão das propriedades rurais, promovendo mudanças de comportamento, atitudes e valores. Para o ano de 2003, a previsão inicial da instituição era de aplicar 350 cursos no estado de São Paulo, capacitando 7.000 pessoas, números bastante expressivos.

Posto isso, este trabalho visa realizar uma pesquisa exploratória sobre o Programa Capacitação Rural – SEBRAE/SP, que permitisse compreender o desenvolvimento das ações de capacitação e a metodologia empregada no programa e, principalmente, caracterizar seus participantes e produtores rurais com a finalidade de conhecer o público que efetivamente estava sendo capacitado pelo SEBRAE/SP.

Desse modo, o trabalho aborda questões referentes a programas desta natureza, como a comunicação e difusão de tecnologias, a importância do agronegócio brasileiro e paulista, o papel do SEBRAE após as transformações da agropecuária e a função do marketing na pesquisa sobre programas de difusão de tecnologias.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1 Análise e descrição do Programa Capacitação Rural – SEBRAE/SP

Esta etapa inicial da pesquisa visou levantar informações detalhadas sobre o Programa Capacitação Rural, envolvendo sua estrutura organizacional, funcionamento, metodologias e recursos utilizados em sala de aula pelos facilitadores.

Foram consultados diversos documentos do programa, dentre eles, manuais de procedimentos operacionais, apostilas com referencial metodológico e manuais desenvolvidos para os facilitadores/instrutores. Esses materiais contêm informações sobre a metodologia e o seqüencial pedagógico dos diferentes módulos, com informações detalhadas sobre o processo de repasse do conteúdo programático do curso de capacitação.

No intuito de auxiliar no processo de levantamento de informações sobre o programa, e para atender a uma finalidade exploratória, como preconizado por Almeida (1989), foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com oito facilitadores dos diversos módulos de treinamento empresarial (dois de cada módulo), explorando sete questões principais envolvendo o Programa Capacitação Rural, que são: público alvo, metodologia, recursos utilizados, sensibilização, objetivos alcançados, maiores dificuldades e pontos positivos e negativos do Programa.

Estas entrevistas ocorreram em julho de 2001, no Departamento de Agronegócios do SEBRAE/SP (unidade sede), previamente à etapa de pesquisa no campo. Os facilitadores eram recebidos em duplas, de acordo com o módulo que ministravam.

Os facilitadores foram indicados pelo Departamento de Agronegócios do SEBRAE/SP, não respeitando, portanto, uma amostragem probabilística, e sim proposital, como indicado por Cobra (1992) e Silva et al. (2001), procurando entrevistar profissionais que tivessem maior vivência na capacitação de produtores rurais pelo projeto.

Esta abordagem teve o intuito de prover o pesquisador com informações intrínsecas ao programa na fase inicial de pesquisa

2.2 Identificação do perfil dos participantes

Na segunda etapa do estudo, ocorrida entre 14 de janeiro e 14 de setembro de 2003, foram aplicados 467 questionários (24 módulos de cursos diferentes,) a produtores rurais e demais participantes do programa, contendo perguntas diretas (ALMEIDA, 1989; COBRA, 1992) sobre suas características sociais e produtivas. Essas características seguiram o modelo proposto pelo IBGE para a elaboração do Censo Agropecuário 1995 (IBGE, 1997) e o Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001), referentes a idade, sexo, grau de escolaridade, ocupação principal (classificação como produtor rural), atividade agropecuária principal, tamanho da propriedade rural, função na propriedade e conhecimentos anteriores sobre conteúdo do módulo.

O preenchimento dos questionários ocorreu após as atividades de capacitação e os dados obtidos foram submetidos à análise multivariada, especificamente a análise de correspondência no aplicativo Statística 6.0 da StatSoft Inc.

A análise de correspondência (AC), proposta em 1960, por Benzécri (1973) e citada por Bourruche & Sabora (1980), tornou-se um instrumento eficaz para análise qualitativa devido às suas propriedades matemáticas e pela riqueza de suas interpretações. Trata-se de uma técnica de análise exploratória utilizada para estudar as associações entre duas ou mais variáveis categóricas, permitindo a visualização das relações entre linhas e colunas num mesmo espaço gráfico (SILVA & VERDINELLI, 1997). Por meio dela procura-se encontrar as relações recíprocas, associações e oposições, entre variáveis ou entre objetos e variáveis (BENZÉCRI, 1973).

Nos casos em que uma das variáveis possuía apenas dois itens de resposta, foi necessário utilizar uma técnica similar, de múltipla correspondência, que possui, basicamente, a mesma finalidade da análise de correspondência e indicada por Silva & Verdinelli (1997).

3 RESULTADOS

3.1 Análise e descrição do Programa Capacitação Rural – SEBRAE/SP

O Programa Capacitação Rural (PCR) originou-se no estado do Rio Grande do Sul, numa iniciativa do SEBRAE daquele estado. Os primeiros esforços norteadores do programa partiram da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que realizou, no início da década de 1990, uma pesquisa sobre as diversas informações demandadas pelos produtores rurais gaúchos, visando identificar os principais tipos de informações e o perfil dos produtores interessados.

Os resultados apontaram que a grande maioria era de pequenos produtores, com estrutura familiar de trabalho e que as maiores dificuldades encontradas residiam no isolamento e na desorganização, na ignorância em relação aos custos de produção, em problemas de comercialização e, por fim, em dificuldades na administração de seus negócios. A partir daí, a UFSM intensificou suas atividades sobre esses fatores e, posteriormente, o SEBRAE/RS delineou o projeto Capacitação Rural.

No estado de São Paulo, os primeiros facilitadores receberam treinamento em 1996 e o programa iniciou-se em 1997 sob a coordenação do Departamento de Agronegócios do SEBRAE/SP. Nessa época recebia o nome de projeto Capacitação Rural, ou seja, não possuía o *status* de programa.

Ao longo dos anos, o SEBRAE/SP promoveu 598 cursos do Programa Capacitação Rural (Figura 1), capacitando cerca de 11.960 pessoas e, atualmente, conta com 50 facilitadores credenciados para atuarem no programa.

No ano de 2003, até o mês de novembro, foram capacitadas cerca de 3.680 pessoas, em 184 cursos por diversas regiões do estado, resultando na média de 20 pessoas/curso. A média obtida na pesquisa foi de 19,625 questionários respondidos em 24 cursos acompanhados.

Em agosto de 2001, o programa migrou do Departamento de Agronegócios para a Unidade Organizacional de Educação e Desenvolvimento da Cultura Empreendedora (UOEDCE), responsável por outros programas de treinamento dentro da estrutura do SEBRAE/SP. Passou por algumas alterações de procedimentos,

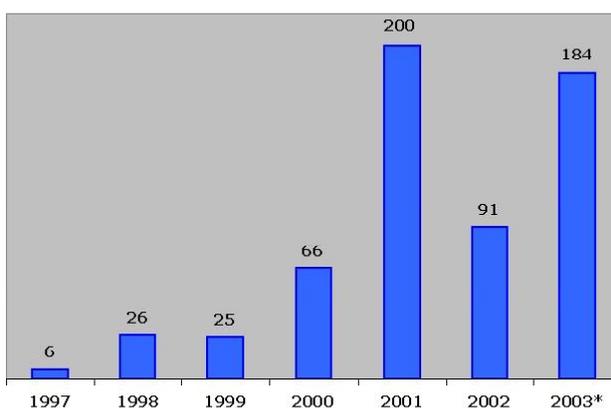


FIGURA 1 – Evolução dos cursos de capacitação.

* até novembro

Fonte: Sebrae/SP (2003a).

inclusive operacionais e, dentre elas, sua elevação ao *status* de programa. Outra importante alteração ocorrida neste processo foi no modelo de prestação de serviços dos facilitadores, que até então eram contratados como pessoas físicas e tiveram que se enquadrar nos moldes de contratação da UOEDCE, na condição de pessoas jurídicas. Além disso, o UOEDCE abriu edital de credenciamento para novos facilitadores, ampliando o número de profissionais habilitados.

A estimativa é a de que cada curso do Programa de Capacitação Rural custe, em média, de R\$8.000 a R\$10.000. Nos casos em que a demanda é proveniente do Sistema Agroindustrial Integrado (SAI), apenas R\$400,00 são pagos pelo grupo interessado pelo programa e outros R\$1.000,00 provêm das verbas internas do SAI, sendo o restante subsidiado pelo SEBRAE/SP.

De acordo com o UOEDCE (2001), o objetivo do Programa é:

capacitar empresários rurais para administrarem suas propriedades como empresas, otimizando e controlando os recursos externos e internos, procurando maximizar o uso dos mesmos, estabelecendo metas e objetivos, sem desconsiderar os aspectos da preservação dos recursos naturais.

O público alvo é composto por micro, pequenos e médios produtores ou empresários rurais.

Sua estrutura é composta por quatro fases:

1ª. fase: visita técnica e sensibilização – 10 horas

Elaboração do diagnóstico local onde ocorrerá a ação, sensibilização dos produtores, definição da agenda e confecção do planejamento estratégico do repasse.

2ª. fase: repasse da metodologia – 80 horas

Módulo de organização social (20 horas)

Objetivo: Proporcionar ao produtor rural uma visão empresarial, destacando a importância de sua organização dentro e fora da propriedade.

Conteúdo básico: apresentação do PCR; cenário atual da agropecuária; identificação das dificuldades do setor; ambiente interno e externo; ciclos da agricultura; motivação e liderança; tendências; desenvolvimento sustentável; associativismo, cooperativismo e sindicalismo, e formas de cooperação.

Módulo de custos de produção (20 horas)

Objetivo: permitir ao produtor rural entender sua estrutura patrimonial e de custos, entendendo o seu momento

econômico e financeiro, estruturando um plano para tornar o seu empreendimento rentável no decorrer do tempo.

Conteúdo básico: patrimônio; estrutura patrimonial; levantamento patrimonial; balanço patrimonial; origem e aplicação dos recursos; planilha de custos de produção; levantamento de custos e análise de custos.

Módulo de comercialização agrícola (20 horas)

Objetivo: Trabalhar e repassar aos produtores rurais as ferramentas de comercialização, a fim de que utilizem adequadamente os instrumentos disponibilizados pelo mercado.

Conteúdo básico: conceitos; comercialização, economia e sua importância; commodities e especialidades; nova realidade; agentes de comercialização; análise de compradores; planejamento financeiro e comercial; mercado; visão de marketing; canais de comercialização; demanda e oferta; preços; margens de comercialização e análise de mercados.

Módulo de administração rural (20 horas)

Objetivo: Enfatizar a importância do gerenciamento na atividade rural, bem como, disponibilizar aos produtores rurais instrumentos e informações que lhes permitam desenvolver visão estratégica, crítica e autocrítica da gestão de seu negócio.

Conteúdo básico: conceitos na administração rural; processo administrativo; planejamento técnico; necessidade de planejamento e controle; planejamento; controle; política agrícola; trabalho e desafios gerenciais.

3ª. fase: acompanhamento – 20 horas

Acompanhamento dos projetos de desenvolvimento e metas estabelecidas pelo grupo, em duas visitas de 10 horas (acompanhamento 1 e acompanhamento 2).

4ª. fase: encerramento

Encerramento solene e entrega de certificados.

Ao final de cada módulo de treinamento, os participantes fazem uma avaliação de diversos pontos que compuseram a ação de difusão em questionário específico elaborado pela UOEDCE – SEBRAE/SP.

Da maneira como é estruturado, o programa é um processo iniciado na fase de visita técnica e sensibilização que termina somente com o fechamento no segundo acompanhamento. Cada etapa subsequente foi delineada para tornar-se complementar a anterior, aproveitando, inclusive, as atividades realizadas. Isso aumenta a complexidade do programa, devido à sintonia que deve existir entre os facilitadores que se sucedem,

exigindo maior padronização para não ocorrerem equívocos, perda de eficiência ou mesmo problemas com a credibilidade da instituição SEBRAE/SP e dos profissionais envolvidos.

Geralmente, os módulos são realizados em encontros semanais, independentemente do dia da semana e, inclusive, nos finais de semana.

O agendamento dos cursos do PCR é realizado pelos escritórios regionais do SEBRAE/SP, com, no mínimo, 30 dias de antecedência, respeitando-se um sistema de rodízio entre os facilitadores.

Os profissionais são credenciados a desenvolver atividades em módulos específicos, em razão de suas habilidades e experiência, de acordo com o processo previsto no Regulamento de Credenciamento de Facilitadores do UOEDCE (SEBRAE/SP, 2003b). Todavia, os facilitadores dos diversos módulos são habilitados a desenvolver as fases de visita técnica – sensibilização e fechamento.

Geralmente os encerramentos são realizados sem a participação dos facilitadores. Profissionais vinculados ao SEBRAE envolvidos na ação de capacitação auxiliam, na organização do evento, executando a parte oficial do protocolo com a distribuição dos certificados.

Todo o material de apoio, inclusive equipamentos audiovisuais, materiais didáticos (participantes recebem uma apostila de cada módulo e bolsa estilizada do programa) e outros itens utilizados nas atividades de grupo e dinâmicas, são de responsabilidade dos escritórios regionais, ou se for o caso, dos agentes do SAI responsáveis pela articulação da ação. No programa são utilizados: quadro negro/branco, cartazes em álbum seriado, retroprojetor, aparelhos de tv e videocassete e, em alguns casos (ao critério do facilitador), aparelhos de som.

Em todas as fases do programa, com exceção do módulo custos de produção, são utilizados filmes de vídeo com temas institucionais, motivacionais e instrutivos que auxiliam o processo de aprendizagem e reforçam as teorias apresentadas.

Sem dúvida, a maior demanda por cursos do PCR deriva das atividades desenvolvidas pelo SAI. Com isso, os profissionais ligados à rede do SAI, principalmente os agentes de desenvolvimento, que lidam diretamente com os produtores rurais, têm direta e efetiva participação no planejamento da ação de capacitação, pois cabe a eles, além da formação dos grupos, a articulação política municipal para angariar verbas que minimizem a despesa dos participantes com o curso, providenciar local adequado para a realização da ação, assim como os alimentos consumidos nos intervalos (*coffee break*) e nos períodos destinados ao almoço ou jantar.

A metodologia utilizada no programa, dado as características do público alvo, tem enfoque participativo, com dependência nas características regionais, respeitando os principais problemas, culturas e vivências do grupo a ser capacitado. Os facilitadores que atuam no programa não são apenas transmissores de conhecimentos, mas também criadores e intérpretes das informações geradas no contato direto com seu público de trabalho (SEBRAE/SP, 2000, p. 25).

Essa “metodologia participativa” tem por finalidade evitar que as informações sejam provenientes apenas dos instrutores/facilitadores, dando oportunidade do público de contribuir, com sua experiência e, principalmente, sua realidade, na elaboração do curso (expectativas, problemas, etc.). A estrutura metodológica básica do programa deve ser e, na grande maioria dos módulos acompanhados, foi seguida. Entretanto, esta abertura para a participação do público proporciona maior alcance no grupo de pessoas, facilita a interação, inclusive com os facilitadores, pois o grupo sente-se importante e auxilia no processo como um todo.

Outro fator a ser destacado na “metodologia participativa” é que o grupo não se limita apenas a ouvir sobre um determinado assunto, como custos de produção, por exemplo, mas realiza, de fato, um levantamento de custos e os cálculos envolvidos, fixando a teoria recebida anteriormente. Em todos os módulos, sem exceção, existem atividades e dinâmicas que possuem objetivos específicos, sejam eles motivacionais ou não, como fixar a importância da sustentabilidade ou destacar a necessidade da mudança na forma de conduzir a propriedade rural (empresarial).

Pelo fato de possuir uma carga horária pesada (10 horas/dia), quando levado em consideração que o público alvo não tem hábito deste tipo de atividade, o programa pressupõe uma série de atividades e exercícios, inclusive vitalizadores, para minimizar as mazelas causadas pela fadiga, principalmente a desatenção e a perda de concentração.

Os “vitalizadores” consistem em atividades, exercícios estruturados e simulações de curta duração ligadas ao tema central do curso, que sejam: compatíveis com a cultura do grupo; aplicáveis como atividades iniciais em diferentes programas para se obter um clima de descontração grupal, como preparação para atividades subsequentes, para ambientar os participantes, para elevar a motivação do grupo e para promover mais ação ou relaxamento, de acordo com os objetivos propostos (SEBRAE/SP, 2001).

O programa utiliza, ainda, em sua metodologia, jogos de simulação, facilmente encontrados nas áreas militar, de planejamento urbano, educacional e empresarial. Trata-se de uma atividade livre e espontânea regida por regras que definem quem são os vencedores ou os perdedores, devendo trazer sempre o divertimento, a alegria, certo grau e tensão entre os jogadores, a imaginação e a espontaneidade. Coloca os participantes frente a uma situação nova, de mudança, mas criando situações semelhantes às quais encontrariam na vida real.

Parte das atividades realizadas no programa utiliza a técnica do “Ciclo de Aprendizagem Vivencial” (CAV), cuja importância está no fato do grupo compartilhar as reações e emoções individuais vivenciadas durante a realização de algum jogo ou dinâmica e, principalmente, discutir as facilidades e dificuldades encontradas, culminando com a análise de seu próprio desempenho e padrões de comportamento no grupo. Por fim, o facilitador faz analogias do que ocorreu na atividade e do que ocorre na realidade, preparando o grupo para sair do jogo e retornar para o ambiente de trabalho proposto pela metodologia do programa.

Dificuldades em expressar seus sentimentos, partindo logo para a análise das facilidades ou dificuldades do jogo e a procura de culpados, falhas no jogo ou em seu enunciado, foram situações amplamente encontradas nos diversos módulos acompanhados, principalmente com as pessoas de idade mais avançada, coincidindo com os relatos de Gramigna (1995).

A) Público alvo

O perfil apontado pelos facilitadores indicou que os participantes do programa eram pequenos e médios produtores rurais que viviam da agricultura, com baixo nível de escolaridade e idade predominante variando de 26 a 40 anos. As mulheres eram minoria, possuíam maior iniciativa e desenvoltura, e nível cultural mais elevado. Sua participação variava muito, de acordo com a região.

Formavam-se grupos muito heterogêneos, nos aspectos cultural, social e produtivo. A variação era muito grande, impossibilitando o estabelecimento de um ponto médio. Também dependia muito da região. Contudo, todos foram unânimes em afirmar que a maior similaridade entre os participantes poderia favorecer o desenvolvimento do programa, devido à maior facilidade de interação no grupo e execução de algumas atividades.

B) Metodologia do programa

A metodologia encaixava-se muito bem em relação ao público atendido pelo programa, fluindo bem em todos

os módulos e proporcionando bons resultados. Embora existissem algumas dificuldades para as pessoas com nível escolar menor, o maior nível cultural de parte dos grupos foi apontado como um problema, devido à dificuldade dessas pessoas em “entrar” nos jogos, ou seja, doar-se um pouco mais a certas atividades. Esta pequena parcela de participantes também apresentava maior dificuldade de interação com outros participantes.

Todos foram taxativos ao afirmar que a metodologia facilita o processo de interação entre as pessoas do grupo, mesmo que, em alguns casos, inicialmente, pudesse acontecer alguma inibição. Em grupos heterogêneos, geralmente, a parcela mais homogênea dava apoio aos demais.

Para os facilitadores, a metodologia auxiliava no aprendizado, mas dependia muito da seqüência do trabalho de capacitação no decorrer dos módulos. Gerava grandes resultados, como, por exemplo, compras coletivas de insumos que recebiam destaque, inclusive, da mídia televisiva, em função da economia proporcionada pela escala. Entretanto, os pequenos resultados não poderiam ser esquecidos, como, por exemplo, os primeiros sucessos individuais decorrentes da adoção de práticas gerenciais prescritas no programa, pois poderiam servir de exemplos positivos para outros produtores. Em alguns casos, havia uma organização informal dos participantes com o término do programa.

C) Recursos utilizados

A maioria dos facilitadores acreditava que a projeção de transparências era o recurso que trazia respostas mais negativas do grupo, devido ao fato das exposições tornarem-se cansativas. Em contrapartida, as dinâmicas, os recursos em vídeo e, mesmo, o álbum seriado seriam mais positivos. Para alguns, a exposição participativa e a utilização de exemplos verídicos eram mais importantes.

Foi mencionado que, em geral, a infra-estrutura disponibilizada para o programa era de baixa qualidade, especialmente as salas, cadeiras e equipamentos.

Em relação ao material utilizado em sala, no caso, o visual, o conteúdo e a clareza, parte acreditava que a simplicidade era mais positiva, devido ao nível mais próximo da realidade do produtor, enquanto que outros tinham a convicção de que o material não possuía qualidade visual, podendo ser melhorados o conteúdo e, inclusive, a clareza das apostilas e algumas transparências, visto que o vocabulário utilizado poderia atrapalhar, em alguns casos.

D) Sensibilização

A sensibilização seria o ponto fundamental do processo de capacitação, mas, segundo os facilitadores, poderia ser melhor. Necessitava de padronização. Na época em que foram realizadas as entrevistas, esta fase estava passando por alterações estruturais.

E) Objetivos alcançados

Sem dúvida, os objetivos propostos nos módulos eram alcançados. A metodologia permitia que a maioria dos produtores, ao final do processo de capacitação, conseguisse aplicar o conhecimento que lhes foram transmitidos.

Em relação ao programa, os facilitadores do módulo de organização social não sabiam informar com certeza, em função do distanciamento existente entre esses profissionais e a parte final do programa, se os objetivos maiores eram alcançados. Tinham a certeza de que isso dependia muito da seqüência de capacitação e a impressão de que apenas uma minoria dos participantes respondia aos objetivos do programa.

Outros facilitadores acreditavam que, ao final do projeto e, logo após o programa, havia uma preocupação por parte dos produtores em aplicar o que haviam aprendido, mas a continuidade dessa aplicação dependia do tipo de acompanhamento realizado pelo SAI e outros profissionais.

F) Maiores dificuldades

As maiores dificuldades apontadas pelos facilitadores no exercício de seu trabalho estavam relacionadas, basicamente, com o planejamento da ação de capacitação em âmbito local, ou seja, às atribuições referentes aos escritórios regionais do SEBRAE e módulos do SAI. Uma dificuldade anotada foi o deslocamento excessivo, visto que os agendamentos não eram regionalizados, fazendo com que alguns profissionais, muitas vezes, viajassem cerca de 1.700 km para executar apenas um módulo. Hoje, esta dificuldade permanece no programa

Na grande maioria dos casos, a participação e o envolvimento dos profissionais ligados diretamente ao SEBRAE (SAI e escritórios) estavam aquém do desejado. As principais queixas foram:

- participantes que não fazem parte do público alvo do programa;
- locais inadequados, sem a mínima infra-estrutura;
- atrasos na organização da sala;

- equipamentos ociosos que não permitem uma correta utilização dos recursos.

Outro ponto de relevada importância mencionado nessa questão foi o fato de, muitas vezes, grande parte do grupo a ser capacitado não corresponder ao público alvo específico do programa (produtores rurais), ou seja, estava fora da previsão inicialmente delineada, deixando os facilitadores em situações embaraçosas.

G) Pontos positivos e negativos do programa

Os principais pontos positivos apresentados nas entrevistas foram:

- mudança de comportamento e filosofia;
- motivação;
- união;
- relação social;
- objetividade dos módulos;
- teor prático do programa.

Por outro lado, os principais pontos negativos foram:

- formato de avaliação;
- infra-estrutura;
- comunicação entre facilitadores;
- desinformação em médio/longo prazo sobre produtores que passaram pelo programa;
- qualidade de alguns conteúdos;
- complexidade dos relatórios; e
- distância de quem elabora/controla o programa com facilitadores que poderiam ser mais ouvidos.

As informações coletadas nas entrevistas com os facilitadores foram fundamentais para o maior conhecimento sobre o programa, servindo como base norteadora do questionário utilizado para o estabelecimento da caracterização dos participantes e da pesquisa de opinião.

3.2 Identificação do perfil dos participantes

A aplicação de 467 questionários, em 24 módulos de diferentes cursos de capacitação no estado de São Paulo, resultou na prospecção de informações sobre 15,5% do total de participantes do Programa Capacitação Rural no período de 14 de janeiro a 14 de setembro de 2003. Estima-se que em torno de 3.000 pessoas participaram do programa, no período de pesquisa.

Os dados foram analisados, primeiramente, de forma global, considerando todos os participantes do programa que responderam ao questionário. Posteriormente, foram isolados do banco de dados apenas aqueles que se consideram produtores rurais, para caracterizar o perfil das

peças e propriedades rurais que passaram pelo processo de capacitação.

As respostas foram organizadas e tabuladas, sendo posteriormente calculadas suas frequências absolutas e relativas, a fim de obter-se a distribuição em cada variável

(Quadro 1). Algumas variáveis tiveram suas respostas originais reagrupadas, pelo fato de apresentarem baixa frequência na citação pelos participantes que responderam ao questionário, visando uma valorização das categorias de respostas.

QUADRO 1 – Análise univariada das características dos participantes.

Variáveis	Alternativas	Frequências	Freq. Relativa
Sexo	homem	332	71,09%
	mulher	135	28,91%
Idade	14 a 20	56	11,99%
	21 a 30	107	22,91%
	31 a 45	163	34,90%
	45 a 60	121	25,91%
	acima de 60	20	4,28%
Escolaridade	alfabetizado	16	3,43%
	fundamental	123	26,34%
	médio superior	148	31,69%
Ocupação Principal	produtor rural	263	58,32%
	estudante	48	10,28%
	técnico	34	7,28%
	outro	122	26,12%
Conhecimento em Informática	nenhum	149	31,91%
	pequeno	139	29,76%
	médio	151	32,33%
	alto	28	6,00%
Condição	proprietário	280	59,96%
	arrendatário	30	6,42%
	parceiro	25	5,35%
	outro	51	10,92%
	nenhuma	81	17,34%
Conhecimento da Mensagem	nada	120	25,70%
	um pouco	325	69,59%
	muito	20	4,28%
	tudo	2	0,43%
Você se Considera	pequeno	261	55,89%
	médio	91	14,49%
	grande	6	1,28%
	não sou produtor	109	23,34%
Acesso a Internet	sim	222	47,54%
	não	245	52,46%
Motivação	foi convencido	80	17,13%
	interesse	245	52,46%
	necessidade	140	29,38%
	não sabe	2	0,43%

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da análise modal das respostas (categorias com maior frequência), foi possível observar que, em sua maioria, as pessoas que responderam ao questionário eram homens (71,09%), na faixa etária de 31 a 45 anos (34,9%), com nível médio de escolaridade (38,54%) e com algum conhecimento em informática; tinham a produção rural como ocupação principal (56,32%) e se consideravam pequenos produtores (55,89%); 69,60% sabiam um pouco sobre o conteúdo abordado nos módulos e 52,46% eram motivados pelo interesse a participar do programa (Quadro 1).

Pôde-se constatar que algumas variáveis pesquisadas apresentaram resultados que destoam do objetivo e do público alvo do programa, ambos definidos pelo SEBRAE. Cabe ressaltar que o conteúdo e as atividades em grupo são destinados a pessoas do meio rural e a presença de pessoas sem esse perfil prejudica de alguma forma o processo de capacitação.

Apenas 56,32% das pessoas que participaram da pesquisa tinham a produção rural como ocupação principal, 23,34% não se consideravam produtores rurais e 1,28% se consideravam grandes produtores. Outra variável que reforça essa constatação é o nível de escolaridade, pois 31,69% das pessoas possuíam nível superior, enquanto que 38,54% tinham o nível médio e 29,77% eram alfabetizados ou com o ensino fundamental.

A análise de correspondência das variáveis escolaridade e ocupação principal aponta que as pessoas com menor escolaridade tendem a ser os produtores rurais e aqueles com nível superior corresponderiam a técnicos ou teriam outra ocupação (Figura 2).

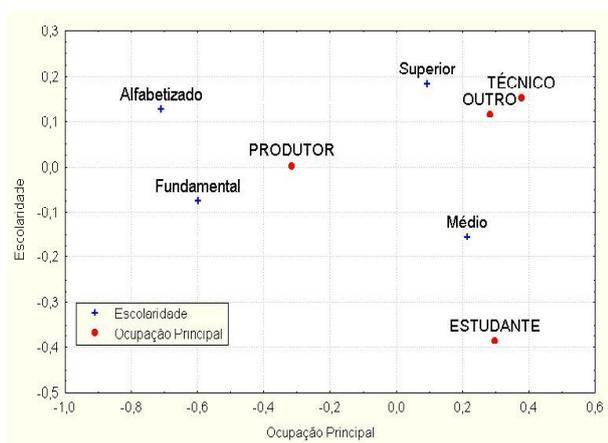


FIGURA 2 – Análise de correspondência entre as variáveis escolaridade e ocupação principal.

Fonte: Dados da pesquisa.

3.2.1 Produtores rurais

As informações referentes aos participantes que se consideravam produtores rurais foram isoladas do banco de dados obtido na pesquisa, a fim de caracterizar o perfil desse segmento de pessoas que passaram pelo processo de capacitação. Este segmento, provavelmente, é o que deverá aproveitar mais os conhecimentos encontrados no conteúdo do programa. Esta análise foi possível devido a uma das variáveis do questionário (ver Quadro 1), perguntar diretamente como se consideravam.

• Você se considera:

- a) Pequeno Produtor b) Médio Produtor
c) Grande Produtor d) Não sou Produtor

O objetivo dessa pergunta era separar o total de respondentes, identificando a parcela da amostra que, efetivamente, poderia ser público-alvo do programa de capacitação. Foram, portanto, 358 respondentes que se consideravam produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes, representando 76,65% da amostra, ou seja, do total de pessoas que responderam ao questionário. Para esses dados, também foram realizadas a tabulação e o cálculo de frequência absoluta e relativa, apresentados no Quadro 2.

As principais diferenças encontradas entre os dados específicos dos produtores e os do grupo em geral residem na escolaridade e na ocupação principal das pessoas.

Na escolaridade, foi possível notar o aumento da frequência relativa da resposta ensino fundamental e, além disso, os níveis de escolaridade fundamental, médio e superior possuem frequências relativas muito próximas, variando de 30,45% a 33,80%.

De acordo com os dados do Projeto Lupa, no estado de São Paulo, 18,65% dos proprietários ou responsáveis pelas UPAs tinham nível de escolaridade superior; 11,45% estudaram até o ensino médio; 22,09% possuíam o nível fundamental e 21,45% não tinham instrução (CATI, 1997).

A análise de correspondência entre as variáveis envolvidas (dados específicos dos produtores rurais) aponta que os participantes que se consideram pequenos produtores tendem a possuir menor nível de escolaridade, enquanto que os que se intitulam médios produtores corresponderiam ao nível superior (Figura 3).

QUADRO 2 – Análise univariada das características dos produtores rurais.

Variáveis	Alternativas	Freqüências	Freq. Relativa
Sexo	homem	276	77,09%
	mulher	82	22,91%
Idade	14 a 20	26	7,26%
	21 a 30	80	22,35%
	31 a 45	135	37,71%
	45 a 60	98	27,37%
	acima de 60	19	5,31%
Escolaridade	alfabetizado	15	4,19%
	fundamental	113	31,56%
	médio	121	33,80%
	superior	109	30,45%
Ocupação Principal	produtor rural	261	72,91%
	estudante	64	17,88%
	técnico	21	5,87%
	outro	12	3,35%
Conhecimento em Informática	nenhum	130	36,31%
	pequeno	112	31,28%
	médio	97	27,09%
	alto	19	5,31%
Condição	proprietário	273	76,26%
	arrendatário	32	8,94%
	parceiro	28	7,82%
	outro	25	6,98%
	nenhuma	0	0,00%
Conhecimento da Mensagem	nada	92	25,70%
	um pouco	251	70,11%
	muito	14	3,91%
	tudo	1	0,28%
Você se Considera	pequeno	261	72,91%
	médio	91	25,42%
	grande	6	1,68%
	não sou produtor	0	0,00%
Acesso a Internet	sim	157	43,85%
	não	201	56,15%
Motivação	interesse	181	50,56%
	necessidade	109	30,45%
	foi convencido	67	18,72%
	não sabe	1	0,28%

Fonte: Dados da pesquisa.

Na variável ocupação principal, a resposta “produtor rural” teve grande elevação na freqüência relativa, em detrimento aos dados do grupo, enquanto que a resposta “outro” apresentou o sentido contrário, tendo reduzido sua freqüência relativa. Isso ocorreu em função da seleção desse segmento de participantes terem, majoritariamente, assumido a condição de se considerar produtor rural ao responder a questão número 8.

Na variável ocupação principal, a resposta “produtor rural” teve freqüência relativa elevada, enquanto que a resposta “outro” teve freqüência relativa pequena. Isso ocorreu em função da seleção desse segmento de participantes ter, majoritariamente, assumido a condição de se considerar produtor rural, seja pequeno, médio ou grande, ao responder a questão número 8.

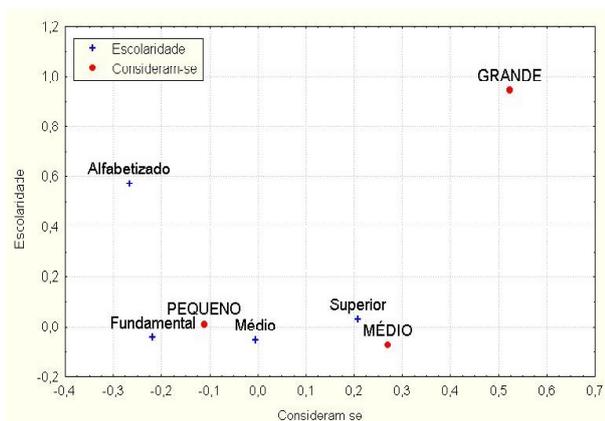


FIGURA 3 – Análise de correspondência entre as variáveis “escolaridade” e “você se considera”.

Fonte: Dados da pesquisa.

O PNAD (2002) mostrou que 67,2% das mulheres que viviam no campo trabalhavam em setores não agrícolas, enquanto 31,9% delas tinham a atividade agrícola como ocupação principal. A pesquisa evidenciou também que o serviço doméstico é a principal ocupação que absorve essa mão-de-obra rural. Nos grupos do Programa Capacitação Rural pesquisados, 22,91% das pessoas que se consideravam produtores rurais eram mulheres.

A análise de correspondência entre as variáveis “sexo” e “ocupação principal” indicou que os homens tendem a ser produtores rurais, enquanto as mulheres que responderam ao questionário têm outras atividades ou são estudantes (Figura 4).

A pesquisa sobre os grupos capacitados indicou que 47,54% dos participantes tinham acesso à internet, tendo 31,28% declarado possuir algum conhecimento em informática e 36,31% terem conhecimento médio do assunto. Segundo Francisco (2003), em junho de 2002, estimava-se que a internet era utilizada para fins nas atividades agropecuárias em 8,5% do total das UPAs, correspondendo a 24% da área plantada estadual.

As respostas sobre características das propriedades rurais também foram tabuladas em análise univariada, sendo, posteriormente, calculadas suas freqüências absolutas e relativas, a fim de se obter a distribuição em cada variável (Quadro 3).

A análise modal das respostas (categorias com maior freqüência) apontou que as propriedades rurais caracterizam-se por terem áreas de 1 a 10 hectares (37,07%), trabalharem com commodities agropecuárias e diversificarem as atividades de produção.

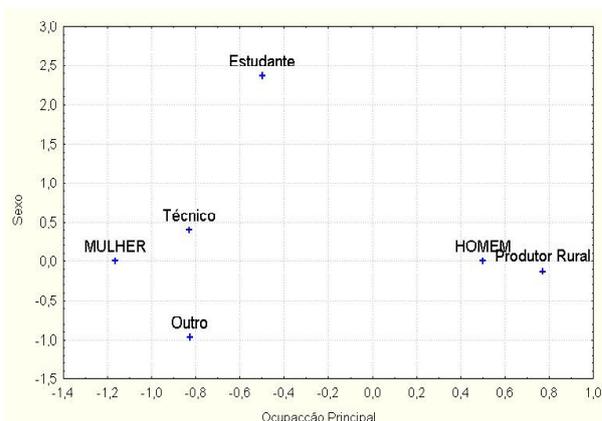


FIGURA 4 – Análise de múltipla correspondência entre as variáveis “sexo” e “ocupação principal”.

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 3 – Análise univariada de características das propriedades rurais.

Variáveis	Alternativas	Freqüências	Freq. Relativa
Área da Propriedade	1 a 10	139	37,07%
	10 a 50	113	30,13%
	50 a 100	42	11,20%
	100 a 200	25	6,67%
	200 a 500	28	7,47%
	500 a 2000	11	2,93%
	acima de 2000	17	4,53%
Atividade Principal	turismo	5	1,37%
	outros pecuários	30	8,22%
	outros agrícolas	35	9,59%
	fruticultura	48	13,15%
	leite	59	16,16%
	horticultura	64	17,53%
	commodities	124	33,97%
Diversificação	sim	246	52,68%
	não	221	47,32%

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise de correspondência entre as variáveis “área da propriedade” e “principal atividade agropecuária” (Figura 5), foi possível notar que as propriedades de 1 a 10 hectares trabalham, principalmente, com horticultura e outras atividades pecuárias (abelhas, aves, caprinos/ovino, coelhos, peixes ou suínos).

Atividades como turismo, leite e frutas são desenvolvidas por propriedades até 50 hectares, enquanto áreas de 50 a 100 hectares teriam, como atividade principal, outras atividades agrícolas (arroz, batata, flores, palmito e silvicultura). As propriedades acima de 100 hectares trabalhariam com as chamadas commodities agropecuárias (algodão, bovinos de corte, cana, café, citros, ou milho).

Grande parte das propriedades rurais encontradas tem área variando de 1 até 50 hectares (67,20%), o que caracteriza a predominância de pequenos produtores (72,91%) na amostra de participantes do programa. A análise de correspondência entre as variáveis referentes a

como se consideravam (pequenos, médios ou grandes produtores) e a área da propriedade aponta que os participantes que se consideram pequenos produtores possuem as propriedades menores de 50 hectares, enquanto as pessoas que se consideram médios produtores correspondem às propriedades acima de 50 hectares. Os grandes produtores, 1,68% dos participantes, não tiveram correspondência significativa com as áreas de produção, mas, provavelmente, referem-se, efetivamente, às grandes propriedades (Figura 6).

Dados da CATI (1997) indicam que, no estado de São Paulo, havia cerca de 280.000 unidades agropecuárias, das quais 85% seriam micros ou pequenas propriedades (até 100 hectares), 13% médias propriedades (100 a 1.000 ha) e apenas 2% constituíam grandes propriedades (acima de 1.000 ha). Caso consideremos o teto de 100 hectares nos dados levantados pela pesquisa ao Programa Capacitação Rural, a participação desses produtores seria de 78,40%.

4 CONCLUSÃO

O Programa Capacitação Rural deve ser entendido como um **processo** de capacitação, no qual cada etapa subsequente é complementar à anterior. Este caráter lhe confere enorme complexidade e, para que não ocorram prejuízos em sua eficácia, ou mesmo danos à credibilidade institucional do SEBRAE e de profissionais envolvidos, é necessário que receba a mesma conotação de um **produto**, em que a padronização de procedimentos é primordial.

Sua metodologia é moderna, quando comparada a diferentes formas de atuação na difusão de tecnologias em geral, conferindo-lhe grande potencial de persuasão no meio rural. A participação das pessoas, efetivamente, traz resultados favoráveis e auxilia na consolidação dos grupos.

A grande heterogeneidade observada nos grupos do programa, nesse caso específico em relação à atividade produtiva, trouxe problemas na formação dos subgrupos que exigiam perfil produtivo semelhante. Esses subgrupos são necessários nos módulos de custos de produção, comercialização agrícola e administração rural, e os participantes que se submetiam a desenvolver as atividades práticas com temas não relacionados a sua realidade produtiva, em geral, não aproveitavam esta oportunidade da melhor forma, por simples desmotivação.

Os participantes do programa foram caracterizados, assim como o segmento de produtores rurais, por meio da tabulação de dados provenientes da aplicação de questionários. A partir daí foi possível obter o perfil modal

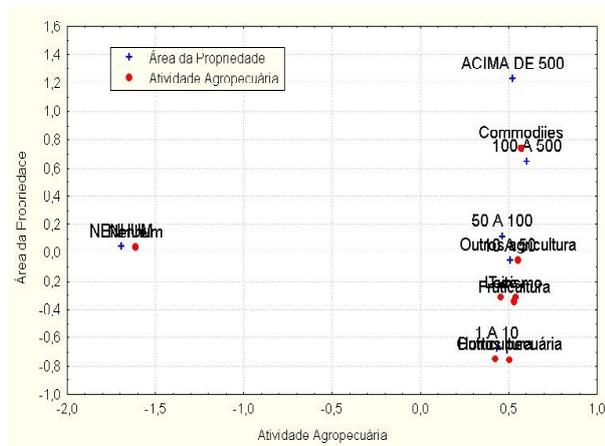


FIGURA 5 – Análise de correspondência entre as variáveis “área da propriedade” e “principal atividade agropecuária”.
Fonte: Dados da pesquisa.

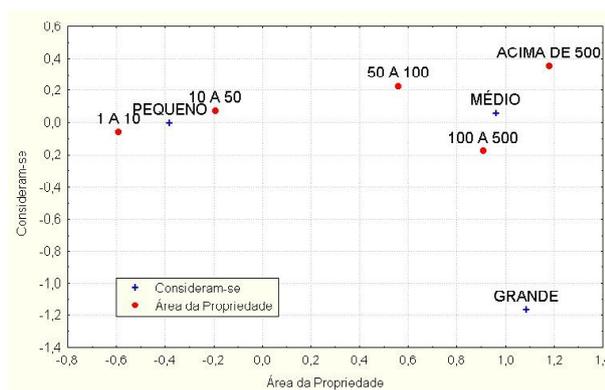


FIGURA 6 – Análise de correspondência entre as variáveis “como se consideram (pequenos, médio ou grande produtor)” e “área da propriedade”.
Fonte: Dados da pesquisa.

dessas pessoas, ou seja, as respostas que obtiveram maior frequência entre as variáveis referentes às características pessoais.

Dentre as características mais importantes, os participantes e o segmento de produtores rurais apresentaram, respectivamente, o seguinte perfil: homens (71,09% e 77,09%), de 31 a 45 anos (34,90% e 37,71%), nível escolar médio (38,54% e 33,80%) e produtores rurais (56,32% e 72,91%).

Alguns resultados destoaram do perfil do público alvo esperado, indicando que uma parcela dos participantes não condizia com a realidade do programa de capacitação. Dos participantes em geral, apenas 56,32% tinham a produção rural como ocupação principal, 23,34% não se consideravam produtores (desses, cerca de 4% eram técnicos), 1,28% se consideravam grandes produtores e 31,69% tinham escolaridade superior.

Análises entre variáveis distintas apontaram que as pessoas com menor escolaridade correspondiam àquelas que possuíam a produção rural como ocupação principal. No segmento que se considerava como produtor rural, as pessoas com menor escolaridade correspondiam aos pequenos produtores.

A escolaridade entre os produtores mostrou-se fortemente heterogênea, pois os resultados indicam que 31,56% tinham o nível fundamental, 33,80% o nível médio e 30,45% o nível superior.

Em relação às mulheres consideradas produtoras rurais, a análise de correspondência indicou que possuíam outra ocupação principal em detrimento a produção rural. Esses dados são similares aos do PNAD (2002), que mostram as mulheres do meio rural trabalhando fora da propriedade.

Dentre as propriedades rurais, predominaram as pequenas áreas (até 50 ha). Nas análises de correspondência, foi possível observar que as pessoas com até 50 ha se consideram pequenos produtores, enquanto as pessoas com áreas acima de 50 ha se consideram produtores médios.

O mesmo tipo de análise apontou, ainda, que as propriedades até 50 ha desenvolvem atividades, como horticultura, pecuária de pequeno porte, turismo rural, pecuária de leite e fruticultura. Áreas de 50 a 100 ha abrigam atividades agrícolas de porte médio, como a produção de arroz, batata e flores. Propriedades acima de 100 ha correspondem a atividades chamadas de commodities (bovinos de corte, soja, milho, algodão, cana, etc.).

A grande heterogeneidade da escolaridade dos participantes pode acarretar na dificuldade de compreensão

dos participantes, visto que a agilidade das pessoas com nível escolar mais elevado em realizar as tarefas e atividades práticas poderia estar prejudicando as outras pessoas.

Vale lembrar que as pessoas de menor escolaridade correspondem àquelas que têm a produção rural como ocupação principal e, dentre os produtores rurais, aqueles que se consideram pequenos produtores. Assim, seria possível ter um quadro em que as pessoas consideradas, teoricamente, o segmento alvo do programa, e com mais necessidade na capacitação, estariam com maiores dificuldades de entender os facilitadores.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília, DF: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1989. 182 p.

BENZËCRI, J. P. **L'analyse des donnés**: l'analyse des correspondances. Paris: Dunod, 1973. Tome 2, 75 p.

BOURRUCHE, R.; SAPORA, N. **Análise de dados**. São Paulo: Atlas, 1980. 120 p.

CATI. **Projeto lupa**: censo agropecuário 1996. Campinas, 1997. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/serviços/lupa/estado.htm>>. Acesso em: 20 out. 2003.

COBRA, M. **Administração de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 806 p.

FRANCISCO, V. L. F. S. Acesso do setor rural à internet no estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 33, n. 5, p. 54-56, 2003.

GRAMNIGNA, M. R. M. **Jogos de empresas e técnicas vivenciais**. São Paulo: Makron Books, 1995. 165 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em: 20 out. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: características gerais da população. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.sht>. Acesso em: 20 out. 2003.

- PNAD. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 113 p.
- SEBRAE/SP. **Projeto capacitação rural**: manual do instrutor. São Paulo: SEBRAE/SP, 2000. 46 p.
- SEBRAE/SP. **Apostila metodológica do Programa Capacitação Rural**. São Paulo: Divisão de Educação e Treinamento SEBRAE/SP, 2001. 66 p.
- SEBRAE/SP. **Desenvolvimento do Programa Capacitação Rural – SEBRAE/SP**. São Paulo, 2003a.
- SEBRAE/SP. **Regulamento de credenciamento de facilitadores**: projeto capacitação rural - SEBRAE/SP. 2003b. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/editais>>. Acesso em: 5 jun. 2003.
- SILVA, C. A. B.; LEITE, C. A. M.; MUNIZ, J. N. Operacionalização e coleta de informações do enfoque sistêmico do produto. In: WORKSHOP PARA O REPASSE DA METODOLOGIA DO PROJETO “CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDÚSTRIAS”, 2001, Viçosa. **Textos de referência...** Viçosa: SEBRAE/UFV/FUNARBE, 2001. v. 1, p. 35-56.
- SILVA, E.; VERDINELLI, M. A. **Avaliação em massa de terrenos em Blumenau Santa Catarina - Brasil usando análises fatorial de correspondência e regressão múltipla**. Florianópolis: UFSC, 1997. (Textos para Discussão, 9).
- UOEDCE. **Metodologia de aplicação do Programa Capacitação Rural – SEBRAE/SP**. São Paulo: Unidade Organizacional de Educação e Desenvolvimento da Cultura Empreendedora-SEBRAE/SP, 2001. 70 p.